

A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL ANTES E APÓS SUAS: ANÁLISE DE UMA TRAJETÓRIA

Iara Maria Rossoni, Adriana Zanqueta Wilbert Ito,

Marco Antônio Murara¹

Centro Universitário - Católica de Santa Catarina

77

Resumo: O presente artigo objetiva avaliar o trabalho do Assistente Social antes e após a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) amplia o mercado de trabalho e abre novas possibilidades de intervenção profissional. Ao mesmo tempo precariza e intensifica os processos de trabalho, tencionando as formas de efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social. O estudo é uma pesquisa quantitativa descritiva, onde assistentes sociais de cinco municípios (São Bento, Rio Negrinho, Itapoá, Mafra e Rio do Sul) foram entrevistados. Como resultado foi possível verificar que antes da implementação do SUAS, não havia capacitação permanente dos técnicos, a equipe era insuficiente, bem como não haviam normas e procedimentos de trabalho. Todavia, após a implementação do referido sistema os problemas acima foram resolvidos, as equipes passaram a ser compostas de forma interdisciplinar, bem como houve melhora nas condições do trabalho.

Palavras-chave: Assistente Social; SUAS; Mundo do Trabalho.

THE TRAJECTORY OF THE SOCIAL WORKERS BEFORE AND AFTER OF SUAS

This article aims to discuss the work of the Social worker before and after the introduction of the Unic System of Social work (SUAS). Partner discusses the space - occupational of this professional and of every technical team who works in the National Politics of Social work (PNAS). The PNAS enlarges the labor market and opens new means of professional intervention. At the same time it shakes and intensifies the processes of work, intending the forms of functioning of the political-ethical professional project. This study is a quantitative descriptive inquiry. The sample is composed by professionals of five cities: São Bento do Sul, Rio Negrinho, Itapoá, Mafra and Rio do Sul. When since it resulted it it was possible to check that before there was lack of training constantly of the technicians, the team was not complete, standards were lacking to orientate the work of the professionals.

Keywords: Social worker; SUAS; World of the Work.

1 E-mail: murara@catolicasc.org.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2005) a profissão de Serviço Social surge na década de 50 a partir da iniciativa de grupos e frações de classe, os quais se manifestam de forma significativa no âmbito da Igreja Católica. O Serviço Social, quanto às atividades, se limitava à ajuda aos mais necessitados. Enquanto profissão situa-se no processo de reprodução das relações sociais, liga-se a divisão do trabalho no sentido de agir e lutar como os movimentos sociais. Comparado com a atualidade a assistência social busca esclarecer os direitos dos usuários e romper a lógica da bem-estar no enfrentamento dos problemas sociais. Busca também, analisar os movimentos históricos da sociedade brasileira, compreender o significado social da profissão, ser capaz de desvelar as possibilidades de ações contidas na realidade e identificar as demandas presentes na sociedade.

Portanto, ao Assistente Social cabe se qualificar, para que assim desenvolva uma atuação interventiva e investigativa adequada. Com a finalidade de responder a tais demandas a partir de uma perspectiva de totalidade, tendo assim, os subsídios para a compreensão da estrutura social, bem como a dinâmica e complexidade do movimento real dos usuários que recorrem à prestação dos seus serviços. O Assistente Social atua diretamente com a contradição existente entre o capital e o trabalho. “E é nesse terreno de disputas (IAMAMOTO, 2010) e tensão entre reprodução das desigualdades e produção da rebeldia e resistência, que a categoria de assistência social trabalha, interferindo diretamente nas relações sociais cotidianas e no atendimento às variadas expressões da questão social”. Sendo assim, a autora reforça,

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho do assistente social tem sido um tema presente na agenda profissional e vem ganhando centralidade crescente nos debates de profissionais estudantes e pesquisadores do Serviço Social, sinalizando e premência de estudos pesquisa que desvendem o processamento do trabalho destes profissionais e as formas de trabalho por eles assumidas nos diferentes espaços ocupacionais. (IAMAMOTO, 2007)

Este trabalho, portanto, visa avaliar os desafios e dificuldades enfrentadas pelo Assistente Social no dia-a-dia. Nesse sentido, corroborando com Miotto e Lima, “o reconhecimento dessa diversidade de espaços sócio ocupacionais para o exercício profissional indica o trânsito entre ações de natureza distintas, que vão desde o atendimento direto ao usuário, perpassando pelo planejamento, formulação e gestão das políticas sociais (MIOTTO, 2000 apud MIOTTO; LIMA, 2009). Ou seja, os assistentes sociais desenvolvem suas ações profissionais, “seja na formulação ou na execução das políticas sociais, em diversas áreas, como educação, saúde, previdência e assistência social, habitação, trabalho e meio ambiente, entre outros, movidos pela defesa e ampliação dos direitos dos cidadãos” (IAMAMOTO, 2009).

A intervenção profissional do assistente social “pode ser caracterizada pelo atendimento às demandas e necessidades sociais de seus usuários, que podem produzir resultados concretos, tanto nas dimensões materiais, quanto nas dimensões sociais, políticas e culturais da vida da

população, viabilizando seu acesso às políticas sociais” (YASBEK, 2009). Como profissional inserido na divisão sócio técnica do trabalho, “o assistente social é demandado a desenvolver ações como gestor e executor de políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens no âmbito das organizações públicas e privadas, operando sob diversas perspectivas, como no planejamento e gestão social de serviços e políticas sociais, na prestação de serviços e na ação socioeducativa (YASBEK, 2009).

A importância do novo modelo de gestão da política de assistência social, instituído pela Política Nacional de Assistência Social de 2004 com o SUAS, torna-se clara, pois os Assistentes Sociais que trabalham na sua operacionalização percebem a evidente definição dessa política enquanto política pública, diferenciando-a das práticas exercidas anteriormente, em que não existiam definições nas atribuições e na organização dos serviços prestados.

Política de Assistencial Social, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. A Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando a diferenças locais. (MARIAIZABEL, SUAS, PNAS/2004)

Por fim, a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social. (PNAS, 2004).

O SUAS estabelece a importância dos investimentos nos quadros profissionais, aponta para a necessidade de reconfiguração dos quadros técnicos, visando à profissionalização e qualificação dos trabalhadores da política de assistência social. SUAS significa um avanço na gestão da política de assistencial social, organizado a partir das demandas das expressões da questão social, na profissionalização, na padronização, nas concepções e conceitos da referida política e no respeito ao protagonismo do usuário. (BRASILIA, 2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A despeito de resquícios do conservadorismo (ÁVILA, 1990), a Constituição Federal/1988 trouxe avanços no tocante aos direitos sociais: ampliação dos direitos; universalização do acesso, expansão da cobertura; certo afrouxamento do vínculo contributivo; concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; recuperação e

redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; princípio da responsabilidade do Estado, da esfera pública no atendimento dos direitos.

A participação da sociedade civil, assim como o controle social, é um dos pilares estruturantes do SUAS, portanto o protagonismo dos usuários, conforme Campos (2012, p. 246 apud DEMO, 2003), “(...) consiste em “organiza-se politicamente para ir além da cidadania individual, atingindo o patamar coletivo””.

Neste sentido concorda-se com a colocação de Raichelis (2012) quando afirma que:

[...] a assistência social vive, na atualidade, um momento político singular, com a implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social e limites, precisa ser apropriado críticas e construtivamente por todos os sujeitos envolvidos em sua concretização.

A discussão é que reconhecer o trabalho como prática profissional pode sugerir que o Assistente Social tenha que cumprir um conjunto de procedimentos de repetir perguntas, ou ainda, “[...] tende a se restringir ao simples cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais, papéis, já estabelecidos, respostas pré-concebidas no âmbito da política social estatal [...]” (GUERRA, 2012) este modo de reconhecer o trabalho do Assistente Social vai contribuir para dificultar a percepção dos profissionais acerca deste fazer uma vez que os instrumentos técnicos-operativos tradicionalmente utilizados pelos Assistentes Sociais: entrevistas, visita domiciliar, encaminhamentos e documentação não são de uso exclusivo deste profissional. Deste modo, para entender o trabalho da referida profissão nesta política, faz-se necessário entender como o trabalho deve se planejado executado e reconhecido pelos seus pares.

Para Marx (1988), o trabalho se configura como processo,

[...] entre o homem e a natureza [...] o homem por sua própria ação media, regula e controla [...] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (MARX, 1988)

Marx (1988) também afirma que o homem antes de concretizar o seu trabalho o projeta mentalmente, deste o modo como pretendem executá-lo, as atividades e estratégias até o produto desejado. Portanto, o trabalho se inicia antes de sua materialização, ainda como projeção, mas se torna trabalho quando é materializado, a, concretizado por meio dos processos de trabalho.

Sob esta lógica, Iamamoto (2008) indica que o trabalho do Assistente Social incide sobre as expressões da questão social, fundamentalmente sob o modo como os usuários desses serviços as experiências em suas vidas cotidianas. O Assistente Social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e nos diferentes espaços ocupacionais, trabalha com as mais, diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos.

Tratar, da Política de Assistência Social/ SUAS como uma importante estratégia de inclusão social é apropriar-se, com criticidade sobre a sua implantação e implementação em todo o território nacional, e, nesse sentido, os atores protagonistas envolvidos nesse sistema devem ter claro também o papel do Estado frente a esses novos rumos (STUCH & PAULA & PAZ, 2012).

Essa história é longa e cheia de acontecimentos. Desde 1990 existiu um movimento mais organizado para que pudéssemos de fato chegar ao desafio do SUAS e, sobretudo, estruturar as Proteções Sociais como dever do Estado. Mas de lá até a votação do SUAS, em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social. (GARCIA, 2009).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo utiliza uma pesquisa quantitativa descritiva, com amostra não probabilística por adesão. A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, o qual foi encaminhado para os profissionais de assistência social dos municípios de Rio Negrinho, São Bento do Sul, Mafra, Itapoá e Rio do Sul do Estado de Santa Catarina. Nesta pesquisa questionou-se a atuação do Assistente Social antes e após a implementação do SUAS, bem como quanto tempo atuavam nesta área.

No que diz respeito ao tempo que os profissionais entrevistados atuam na PNAS, constatou-se que os mesmos atuam há cinco anos na referida área. Sobre os espaços de trabalho dos Assistentes Sociais, 40% trabalham no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 20% na coordenação Secretaria de assistência social– gestão e Abrigo institucional (Proteção Social Especial de alta complexidade), 20% no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e 20% na gestão de casas de acolhimento de criança e adolescente. Apesar de cenários diferentes, todos são serviços da referida política.

Ao questionar quais as dificuldades encontradas na atuação profissional antes da implementação do SUAS, uma das entrevistadas responde *“ocorrem ações descontinuadas e fragmentadas, bem como existe o vínculo do/a Assistente Social com pobreza e Assistência Social como ajuda. O campo de trabalho é restrito. O atendimento ocorre de forma emergencial e assistencial/prática descontinuada, fragmentada de setorizada (serviço/programa e projetos para cada necessidade, problema ou faixa etária)”*. Tal relato enfatiza a tese endogenista, a qual afirma que o Serviço Social é uma *“profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia”* (MONTAÑO, 1998), portanto a-histórica, e, segundo o autor, equivocada, pois não considera os processos históricos, políticos e econômicos da divisão social de classe, espaço esse que se configura como campo de atuação do Serviço Social.

Outra resposta que demanda reflexões foi a que registra que *“apesar de existir, a LOAS, não existia um eixo central, uma normativa que direcionasse o trabalho dos profissionais e tão pouco das secretarias da assistência social, cada profissional em seus municípios atuava de alguma maneira diferente, dentro das conformidades de cada gestão, a cada troca de governo*

acabavam-se os programas e projetos proposto pelos governos anteriores e iniciavam-se novas propostas”.

Para realizar uma intervenção baseada nessa perspectiva, “é preciso que os assistentes sociais realizem um papel que una alguns aspectos, entre eles: uma leitura crítica sobre a realidade em que estão inseridas, a identificação de respostas existentes no âmbito estatal e da sociedade civil, a formulação e construção em conjunto com os trabalhadores de estratégias políticas e técnicas para buscar modificar a realidade que se encontram e também buscar formular estratégias para pressionar o Estado para que ele garanta recursos financeiros, materiais e humanos a fim de se conseguir garantir e ampliar os direitos dos usuários”(IAMAMOTO, 2009).

Segundo (GUERRA, 2011), o saldo das políticas sociais devido à falta de regulação e controle sobre o capital e a hipertrofia da financeirização do mesmo, foi responsável pela regressão dos direitos e retração das políticas públicas de proteção social, por isso os assistentes sociais passam a se confrontar com as contra reformas do sistema de seguridade social, com a fragmentação das necessidades sociais, transformação de necessidades locais e regionais, a diminuição da organização política dos trabalhadores e tudo isso vai rebater de forma significativa no seu exercício profissional.

Na sequência, ao questionar quais eram as condições de trabalho antes e após a implementação do SUAS, uma das respostas foi “*antes da implementação do SUAS, os municípios nem sempre contavam com secretarias da Assistência Social, muitos municípios tinham departamentos vinculados a outras secretarias, dificultando o fazer da assistência social, que acabava abraçando as mais diversas causas que outras políticas não atendiam. Os profissionais eram apenas assistentes sociais, não tinham capacitação permanentes, atendiam todos os níveis de proteção, os registros de atendimento não seguiam modelos universais, cada um tinha o seu*”

Como ressalta (IAMAMOTO, 2011), um projeto que esteja vinculado à defesa de uma sociedade para além do capital e possibilite os assistentes sociais aproximarem das classes subalternas e apostarem ativamente nas lutas sociais.

Formar profissionais qualificados, com relevante gabarito político, ético, metodológicos e interventivo, significa apontar-lhes caminhos e ensinar-lhes a aprender, pela convivência permanente com a teoria, a pesquisa e o cotidiano das práticas. (...) (IAMAMOTO, 2011)

Ainda, segundo a mesma entrevistada, “*depois da implementação do SUAS, a assistência social passa a ter sua própria secretaria, comando único em suas ações, em qualquer lugar da Nação Brasileira é seguido normativas para a execução dos serviços, passando a serem serviços tipificados, e continuados independente de troca de governo. A assistência social passa a receber co-financiamento conforme a execução dos serviços via fundo a fundo, com maior transparência. Houve ampliação no quadro de profissionais, que passa a contar com diversas profissões para execução dos serviços, os atendimentos a população são por níveis de proteção, passa a ter acompanhamento das famílias, não sendo mais atendimentos pontuais e individuais, focando no indivíduo e sim a potencialidade da família. Os profissionais contam com capacitação permanente, ofertadas pelos entes federados.*

Ampliação do mercado de trabalho, novas oportunidades de fortalecimento da compreensão da política e do papel do assistente social neste contexto.

“O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado e da rede sócio assistencial”. É preciso refletir por um lado sobre as relações da política com o estado no sentido de garantia de financiamento, capacitação de recursos humanos, na formulação e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e na criação de um sistema de informação em Assistência Social. Por outro lado, sobre a proposta de uma efetiva relação com a sociedade civil no que se refere à participação popular e ao controle da gestão político administrativa, financeira e técnico operativa, garantindo o seu caráter democrático e descentralizado”. (PNAS, 2004)

Pressupõe ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico políticas da União, Estado, Distrito Federal e municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo de sua implantação. (PNAS, 2004)

Em outra resposta tivemos a seguinte informação “*antes – precariedade- salas improvisadas, incompreensão das atribuições do profissional, equipamentos e mobiliários sucateados e obsoletos, carro cedido eventualmente*”.

Neste item um dos desafios apontados na pesquisa é combater a precarização das condições de trabalho dos profissionais, essas condições que vão desde a contratação, passando pelos equipamentos e infraestrutura até a concepção da política de assistência social interfere no exercício profissional dos assistentes sociais.

No exercício profissional cotidiano, o Serviço Social mantém o desafio de conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral. E como afirma (IAMAMOTO, 2000), ao profissional Assistente Social apresenta-se um dos maiores desafios os nos dias atuais: desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje se exige um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresarias: um profissional ético, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sócias e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Segundo a entrevistada “*após com a implantação do SUAS os municípios passaram a receber recursos dos governos estadual e federal, alguns municípios receberam co-financiamento para construção de sedes do CRAS E CREAS, bem como, para mobiliá-los. Os recursos para custeio chegaram a acumular-se nas contas porque os gestores estavam tão acostumados a viver com a escassez que desconheciam a aplicabilidade deste. Foi necessário aprender a aplicá-lo e aplicar de maneira correta. Considerando que o foco era a continua sendo a qualidade dos serviços prestados aos usuários, as sedes foram melhorando, os*

equipamentos foram sendo renovados, os profissionais sendo capacitados, mais profissionais foram contratados, ações que continuam em processo e tem melhorado gradativamente as condições de trabalho, e os usuários atualmente tem acesso a serviços contínuos e a benefícios quando necessário”.

O SUAS estabelece a importância dos investimentos nos quadros profissionais aponta para a necessidade de reconfiguração dos quadros técnicos, visando a profissionalização e qualificação dos trabalhadores da política de assistência social. Em 2006 foi aprovada a Norma Operacional Básica – NOB/RH-SUAS, que representou um primeiro esforço de pactuação federativa para definir e regular as relações entre gestores, trabalhadores e prestadores de serviços. A NOB/RH-SUAS torna clara que uma política de recursos humanos, bem equacionada, deve definir a equipe multidisciplinar de referência, para serviços e programas. A NOB/RH-SUAS tem por finalidade estabelecer os parâmetros gerais para a gestão do trabalho, pois a tecnologia do SUAS é o trabalho humano. A política de assistência social tem sua centralidade no trabalho humano; são as pessoas que compõem as equipes e que viabilizam o acesso aos direitos sociais.

Nessa perspectiva um dos desafios apontados pelos Assistentes Sociais na pesquisa é a precarização das condições de trabalho dos profissionais, essas condições que vão desde a contratação, passando pelos equipamentos e infraestrutura até a concepção da política de assistência social interfere no exercício profissional dos assistentes sociais. Com a expansão da política de assistência social constata-se uma ampliação na contratação de assistente sociais, porém estas contratações têm-se efetivado por concursos públicos. Com a implantação do SUAS amplia as possibilidades de trabalho profissional nos novos espaços ocupacionais, CRAS, CREAS e outros serviços.

Os Assistentes Sociais pesquisados se referem à importância do trabalho preventivo e da dificuldade que sentem em estar trabalhando nessa perspectiva. Reconhecem que sua intervenção na realidade dos usuários da política de assistência social com a implementação do SUAS, os usuários têm os seus direitos garantidos.

Diante do exposto, os Assistentes Sociais pesquisados apontam para os desafios enfrentados antes e após o SUAS:

- Escassez de profissionais
- Falta de normatização e padronização das ações.

Nesse sentido, os riscos presentes na implantação do SUAS em efetivação em todo o país são apontados por Silveira (2009, p.343),

As fragilidades presentes na gestão e na participação em âmbito local reforçam a tendência aos arranjos institucionais que podem banalizar o próprio SUAS. Há uma tendência dos municípios e estados cumprirem requisitos mínimos para manter o financiamento sem necessariamente expressar qualidade na estruturação da rede sócioassistencial e das condições institucionais de gestão o que inclui o trabalho precário dos profissionais”.

Já quanto ao depois:

- Investimento em capacitação e formação dos profissionais;

- Entendimento e compreensão da política por parte dos gestores;
- Gestão dos recursos humanos.

Diante do exposto, o agravamento da questão social decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos serviços sociais público – quanto no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofrem o impacto das metamorfoses que afetam o trabalho (IAMAMOTTO, 2007 e 2009). Os profissionais pesquisados apresentam também avanços encontrados após a implementação do SUAS. Entre os avanços, um dos profissionais entrevistados relatou “ *Falar de Política de Assistência Social enquanto política pública direito do cidadão e dever do Estado é um avanço extraordinário. Poder demonstrar aqueles que dela necessitar através de Lei, Decretos, Normativas, Pareceres técnicos, deliberações de Conselhos, resoluções demonstram importância ao trabalho desta política e dos profissionais que nela atuam. Sim, a assistência social não é mais atribuição exclusiva do assistente social e sim de várias outras profissões que vem para auxiliar fortalecimento desta política pública e na qualidade do serviço oferecido aos usuários. Os usuários têm acesso a serviços contínuos e a benefícios quando necessários e nós trabalhadores podemos intervir junto a órgãos de defesa de direitos dos cidadãos quando observamos que seus direitos estão sendo violados*”.

Assim sendo, destacam-se como novos espaços de atuação profissional as entidades do terceiro setor, identificadas como organizações que nem são Estado e nem são mercado, prestando um grande serviço ao capital e à ofensiva neoliberal na luta pela hegemonia da sociedade civil no interior do processo de reestruturação do capital ao desenvolver um papel ideológico claramente fundamental dos interesses do capital, promovendo a reversão dos direitos da cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais (MONTAÑO, 2002).

Outra resposta relevante foi “ *com o aumento do número de profissionais nos municípios, para compor equipes de referência; mudança na concepção de assistência social, passou a ser vista como um direito e como uma política estratégica no combate à pobreza; aumento do controle social; gestão descentralizada e participa das três esferas de governo; maior autonomia dos municípios; normatização das atribuições e ações de cada esfera de governo; transferência de recursos fundo a fundo; padronização e normatização das ações sócio assistenciais; parâmetros técnicos e profissionalização da assistencial social (equipes técnicas); implantação de um sistema de informação da política*”. Ressaltando esta fala é possível corroborar com (YAZBEK, 2009) “O SUAS introduz uma concepção de sistema orgânico, em que a articulação entre as três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental para a política”. A constituição do SUAS propõe um sistema participativo, descentralizado e em rede, que pressupõe a participação de entidades e organizações de assistência social, formando o que se denominou rede socioassistencial.

Como define Couto e Silva (2009, p.09) “O SUAS deve estruturar-se a partir das necessidades básicas da população e responder de forma concreta a essas demandas, onde a federação brasileira é pensada nas suas particularidades [...]”O SUAS propõe uma política pública de responsabilidade das três esferas federativas respeitando-se as diferenças entre eles e as demandas diversificadas da população, conforme a realidade de cada um.

O processo de implantação do SUAS, trouxe alterações à concepção e à compreensão de conceitos importantes dentro da política de assistência social, destaca-se as mudanças relacionadas à política de assistência social, as quais foram amplas até o presente momento.

Para os Assistentes Sociais entrevistados o SUAS possibilitou a instituição de uma rede de serviços, programas e projetos sócio assistenciais que contribui no atendimento efetuado pelo assistente social. O Assistente Social não deve ser o único profissional responsável pela implementação do SUAS, quanto mais ampliado e multiprofissional for o debate mais democrático tende a ser, sendo esse um elemento importante no atual momento de implementação da política de assistência social.

As equipes de referência são um forte mecanismo para a construção da própria política e de uma política de recursos humanos. As equipes de referência na assistência social são um marco, pois a tecnologia principal dessa política são os recursos humanos, sendo os quais efetivam, programas e projetos sócio assistenciais.

4 CONCLUSÕES

Os profissionais de Serviço Social, tendo diretrizes, princípios e atribuições são solicitados a trabalhar em um contexto contraditório. Neste contexto precisam conhecer o funcionamento da instituição e as demandas do território, bem como os limites encontrados nesses espaços. Mesmo sendo um instrumento basilar da profissão, há desafios em trabalhar na operacionalização do Código de Ética diante das demandas que são apresentadas a todo o momento. Segundo Iamamoto,

[...] a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena sócio histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades a plena realização daquele projeto (...) articula um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados de inúmeras vontades lançadas em diferentes direções que tem múltiplas influencias sobre a vida social (IAMAMOTO, 2007)

Tal desafio para os assistentes sociais é, portanto, a busca de um posicionamento ético e político que se insurja contra os processos de alienação vinculada a lógica capitalista, impulsionando-os a trabalhar na busca de romper com a dependência, a subordinação, a despolitização, e assim poder manter vivas as forças sociais motivadoras da esperança de uma nova sociedade e da capacidade de luta no cenário social e profissional.

Os riscos presentes na implantação do SUAS em efetivação em todo o país são apontados por (SILVEIRA, 2009). As fragilidades presentes na gestão e na participação em âmbito local reforçam a tendência aos arranjos institucionais que podem banalizar o próprio SUAS. Há uma tendência dos municípios e estados cumprirem requisitos mínimos para manter o financiamento sem necessariamente expressar qualidade na estruturação da rede socioassistencial e das condições institucionais de gestão o que inclui o trabalho precário dos profissionais.

De acordo com (TEIXEIRA & BRAZ, 2009) é preciso considerar vários fatores que implicam no desenvolvimento de um projeto societário, desde sua relação social, que vale considerar a sua relação com o caráter político, cujas determinação estão ligadas aos interesses sociais, e conseqüentemente ao posicionamento do assistente social em uma direção social.

O projeto ético-político do Serviço Social está vinculado ao projeto de transformação da sociedade ou de conservação da ordem, e está presente no plano ideal e prático, ou seja, se desenvolve frente às contradições econômicas e políticas nas dinâmicas das classes sociais interferindo diretamente na direção do fazer profissional.

Nesta perspectiva a implementação do SUAS representa significativo avanço na construção da política pública de Assistência Social por definir e organizar aqueles que são os elementos fundamentais para que aconteça o processo de execução da política de Assistência Social. O SUAS fortalece os instrumentos de gestão, garante orçamento nas três esferas de governo, normatiza em nível nacional a Assistência Social como política estatal, define critérios de partilha dos recursos para os estados e municípios e para o serviços sócio assistências, organiza os serviços, programa e projetos de modo articulado, possibilita que os fundos, planos e conselhos estabeleçam relações permanentes, define indicadores, regulamenta aplicações dos recursos conforme a necessidade dos municípios e estabelece que os recursos sejam repassados de fundo a fundo e ainda estabelece o monitoramento e avaliação da política.

Muitos serão os desafios a serem enfrentados, mas o SUAS representa no momento a possibilidade real de consolidar a Assistência Social como política pública de proteção social. O grande desafio é romper com as práticas tradicionais com base na lógica do favor e integrar-se de forma efetiva a seguridade social para que se constitua neste âmbito, como um sistema amplo de proteção social, articulado as demais políticas sociais.

Considera-se ainda como maior desafio a enfrentar na perspectiva da consolidação da assistência social, como política de proteção social é que os governos federais, estaduais e municipais assumam compromissos na efetivação da política, o que representa um grande esforço e luta por parte daqueles que acreditam na proposta da política e do SUAS, pois a reforma do Estado conduz no sentido inverso ao proposto no que se refere a concepção a gestão da política pública de Assistência Social como se procurou mostrar no desenvolvimento deste artigo.

5 REFERÊNCIAS

ÀVILA, D. de. Reflexões sobre o clientelismo no Brasil e o processo constituinte 1987-88: o esforço da elite brasileira para preservação do seu modo tradicional de exercício da hegemonia. Florianópolis: UFSC, 1990.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. **O Trabalho de Assistentes Sociais no CRAS.** In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS. Brasília: 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS. Resolução nº 269 de 26 de dezembro, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**, Brasília, 2006.

CAMPOS, E. B. Usuários da assistência social: entre a tutela e o protagonismo, In STUCH, C.G; PAULA;R.F.S;PAZ,R.D.O. (Orgs). *Assistência Social e Filantropia: cenário contemporâneo*. 2012 apud DEMO, 2003.

COUTO, Berenice R. e SILVA, M.B. A política de assistência social e o SUAS: a trajetória da constituição da política pública. In: **O SUAS: entre a fundamentação e os desafios da implantação**, MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C.; AGUINSKI, Beatriz G. (orgs.), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GARCIA, Marcelo, Artigo SUAS: Sistema Único de Assistência Social, Cadernos Travessia – Edição 2 – Novembro 2009.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GERRA, Y (ORG). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios Contemporâneo**. Juiz de Fora, MG; Editora UFJF, 2012.

GUERRA, Yolanda. **Condições de Trabalho e Projeto Ético- Político Profissional**. In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS. Brasília: 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela: *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, 7º ed. Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*- 17. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

IAMAMOTO Marilda Vilela. "Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social." 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

89

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultura. 1988.

MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 1. 2009. Disponível em: Acesso em: 18 set. 2010.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. La naturaleza Del Servicio Social em su Génesis. IN: **La Naturaleza Del Servicio Social**: um ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

RAICHELIS, R. Prefácio. In: STUCHI, CG; PAULA, R.F.S...; PAZ, R.D.O.(Orgs.) Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos, São Paulo: Veras, 2012.

Revista da Católica, Uberlândia, v1, n1, p.166-175, 2009 Ana Cristina Nascimento Perez
Albernaz, Valeria Gonçalves da Costa Silva.

O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. –Brasília: CFESS, 2011.

SILVEIRA, Jucimeri I. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 98, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

<http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-do-servico-social/44882/#ixzz3yqwovv2r>

2004 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/mariaizabel_suas.pdf